LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R$251,2 MILHÕES NO 2T14

Comentários do Sr. Gustavo Pimenta – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O 2T14 foi marcado pelo resultado da estratégia de sazonalização de energia adotada pela Companhia, que definiu perfis distintos para fins de lastro (contratos) e MRE para o ano de 2014. Essa estratégia possibilitou ganhos no Ebitda de R$27 milhões acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

As vendas realizadas no mercado de curto prazo a um Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") médio mais elevado foram determinantes para que a receita líquida atingisse o montante de R$ 694,4 milhões no trimestre[1], 19,2% acima do registrado no 2T13. O Ebitda apurado foi de R$ 431,0 milhões e o lucro líquido foi de R$ 251,2 milhões, 2,4% e 4,4%, respectivamente, acima do registrado no segundo trimestre de 2013.

Neste período a Companhia avançou sua estratégia de comercialização de energia com a venda de ~100MWm com prazo e preço médios de 4,5 anos e R$ 153/MWh, respectivamente.

O programa de modernização das usinas recebeu investimentos de R$ 48,0 milhões, destinados principalmente para as usinas de Água Vermelha, Barra Bonita, Promissão e Bariri, os quais visam à contínua melhoria das condições operacionais da AES Tietê e maior eficiência das usinas.

Os indicadores operacionais de indisponibilidade não planejadas mantiveram-se em níveis reduzidos, com redução média anual de 88% ao longo dos últimos 4 anos.

A Companhia pagará aos seus acionistas R$ 389,7 milhões como dividendos, correspondente ao lucro líquido auferido no 2T14 ajustado pela realização de avaliação patrimonial e os lucros acumulados no 1T14. O payout do semestre totalizou 106%.

R$ milhões	2T13	2T14	Var (%)
Receita Líquida	582,7	694,4	19,2%
Custos e Despesas Operacionais*	161,9	263,4	62,7%
EBITDA	420,8	431,0	2,4%
Margem EBITDA - %	72,2%	62,1%	-10,1 p.p
Lucro Líquido	240,5	251,2	4,4%
Margem Líquida - %	41,3%	36,2%	-5,1 p.p
Patrimônio Líquido	1.846,4	1.912,8	3,6%
Dívida Líquida	738,2	667,0	-9,7%
Geração de caixa operacional	353,6	605,9	71,3%

*não inclui depreciação

Índices	2T13	2T14	Var (%)
Lucro Líq** / PL (vezes)	0,5x	0,7x	47,8%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,4x	0,3x	-12,8%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	0,5x	0,4x	-26,0%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	17,5x	16,4x	-5,8%

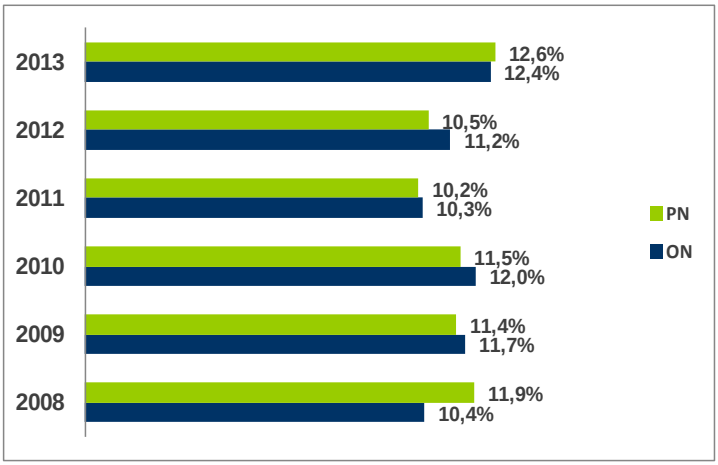
** últimos 12 meses

Dados Operacionais	2T13	2T14	Var (%)
Energia Gerada - GWh	2.722,6	1.517,4	-44,3%
Preço Contrato Bilateral***	182,7	194,2	6,3%
Investimentos - R$ milhões	25.627,0	47.958,0	87,1%
Colaboradores próprios	359	346	-3,6%

*** Contrato com AES Eletropaulo

São Paulo, 30 de junho de 2014 - *A AES Tietê S.A. (BM&FBovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY) anunciou hoje os resultados referentes ao 2º trimestre de 2014 (2T14) e ao 2º trimestre de 2013 (2T13). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de sua controlada AES Rio PCH Ltda., de acordo com a legislação societária.*

Dividend Yield



GETI3: R$ 15,97 GETI4: R$ 19,17 (05/08/14)	VALOR DE MERCADO: R$ 6.677 milhões	VALOR DE MERCADO: US$ 2.934 milhões

[1] Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ 63,6 milhões, sem impacto no Ebitda.

DESTAQUES DO 2T14

Operacional

- Melhora de 34 pontos percentuais na afluência da região SE/CO no 2T14 em relação ao último trimestre (85% da MLT no 2T14 versus 51% da MLT no 1T14);
- Redução do despacho hidrelétrico pelo ONS para recomposição dos reservatórios resultou em um rebaixamento da garantia física de 6,2% no trimestre, em linha com as projeções da Companhia.

Comercial

- Destaque para comercialização de ~100 MWm com prazo e preço médios de 4,5 anos e R$ 153/MWh, respectivamente;
- Com as adições dos novos contratos firmados no 2T14, o portfólio atual totaliza 943MWm ou 74% da energia disponível para entrega em 2016, 807MWm ou 65% em 2017, 474MWm ou 38% em 2018, 248 MWm ou 20% em 2019 e 127MWm ou 10% em 2020.

Financeiro

- A estratégia de sazonalização da garantia física para fins de lastro e MRE, adotada para o ano de 2014, foi o fator principal que resultou no aumento da Receita líquida e do Ebitda, que encerraram o 2T14 em R$ 694,4 milhões[2] e R$ 431,0 milhões, representando um aumento, frente o mesmo período de 2013, de 19,2% e 2,4%, respectivamente; e,
- Lucro líquido verificado no 2T14 de R$ 251,2 milhões, montante 4,4% superior ao verificado no mesmo período de 2013.

Dividendos

- Distribuição de dividendos no valor de R$ 389,7 milhões, incluindo a distribuição dos lucros acumulados do 1T14.

Socioambiental

- Segurança: nenhum acidente com colaboradores próprios no período e, desde 2009, não são registrados acidentes com a população nos reservatórios das usinas;
- Eficiência no uso de recursos: 59,04 toneladas de resíduos destinadas à reciclagem ou reaproveitamento em outros processos produtivos, o que representa 96% do total de resíduos gerados pela Companhia.

[2] Considera o ajuste gerencial mencionado na nota 1.

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de energia elétrica do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação de geração de energia são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurados, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado "Energia Secundária", é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do *Generation Scaling Factor* (GSF), efeito este conhecido como "Rebaixamento" da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas duas situações acima, as alocações do MRE podem ocorrer em submercados distintos daquele onde a usina se encontra, podendo ou não criar exposições à diferenças de preços entre os submercados onde a usina se encontra e onde a energia é alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio de exposições e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês.

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica **(**ANEEL) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições ao mercado de energia de curto prazo.

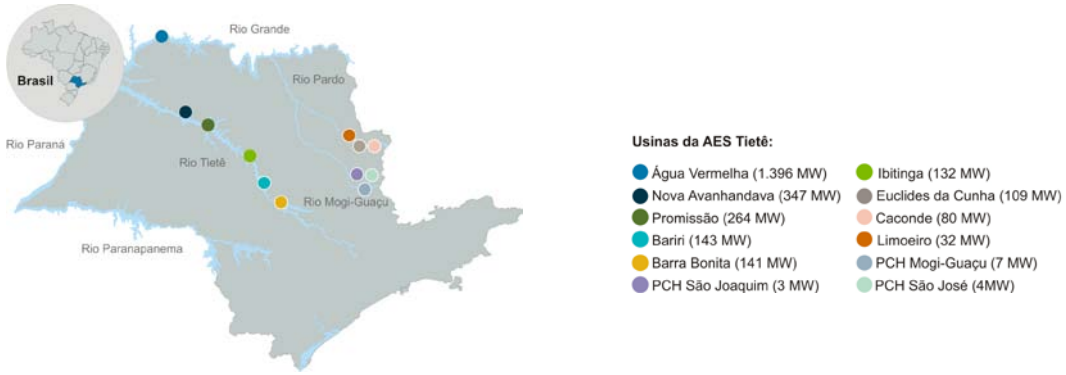
Os efeitos do MRA, de alocações do MRE, redução pelo GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela ANEEL para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), a AES Tietê atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW.

As usinas da AES Tietê estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



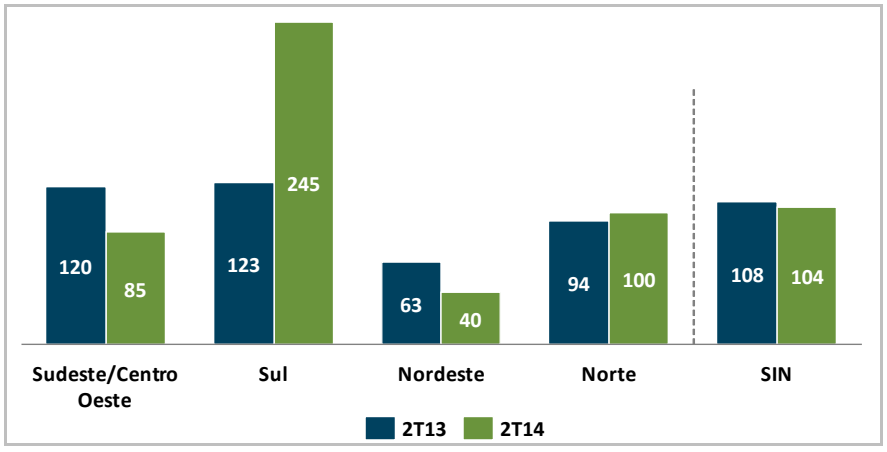
DESEMPENHO OPERACIONAL

RESERVATÓRIOS

O período de chuvas no Brasil, em particular nos submercados Sudeste/Centro-oeste ("SE/CO"), Norte e Nordeste, ocorre durante os meses de dezembro a abril. Entretanto, o período de chuvas que se iniciou em dezembro de 2013 foi atipicamente seco e incidiu no baixo nível dos reservatórios do submercado SE/CO e de todo o SIN. No 1T14 a afluência verificada no submercado SE/CO representou o terceiro pior histórico desde 1931 e mesmo com uma melhora de 34 p.p. no 2T14 em relação ao 1T14, a afluência continuou abaixo da média histórica para o período. Destaca-se, no entanto, que na comparação da afluência registrada para o SIN no 2T14 ante o 1T14, observou-se uma melhora expressiva de 41 p.p no nível da afluência, em particular na região Sul e SE/CO.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da Energia Natural Afluente (ENA) em cada um dos submercados e para o SIN, no segundo trimestre de 2013 e 2014, em relação à média de longo prazo ("MLT") verificada no período de 1931 até 2012.

Energia Natural Afluente[3] (%MLT)

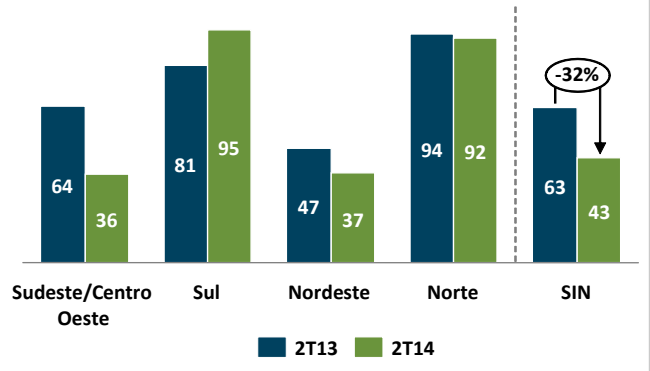


[3] A Energia Natural Afluente, também conhecida como ENA, é um parâmetro utilizado para representar as afluências em um aproveitamento hidrelétrico.

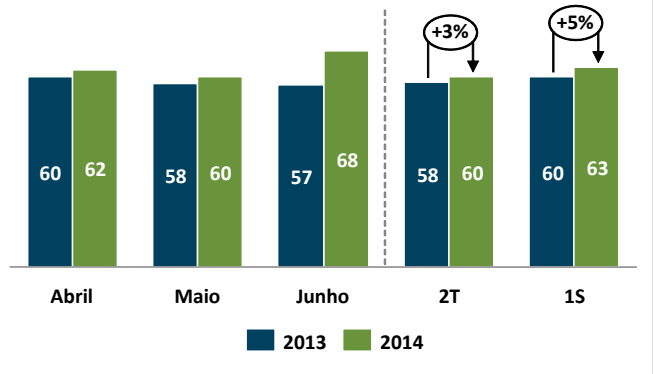
Desde o início do ano de 2014 o ONS tem optado por manter a política de maior despacho térmico (patamar médio de 15,6 GWm ante 12,5 GWm), para preservar os reservatórios, reduzindo a geração hidrelétrica verificada no mesmo período de 2013.
O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê encerrou o 2T14 em 34%, nível inferior ao observado no mesmo período de 2013, quando os reservatórios encerraram o mês de junho em 94%. Essa variação está diretamente relacionada à situação hidrológica do submercado SE/CO e crescimento da carga no SIN, abaixo referenciados. Não obstante, o nível médio de armazenamento dos reservatórios no 2T14 se manteve estável quando comparado ao verificado no 1T14 (44%).

Os reservatórios dos submercados do SIN no trimestre permanecem abaixo do nível atingido no 2T13, exceto aqueles do submercado Sul, conforme consta do gráfico abaixo, à direita. Já o consumo no semestre (representado pela carga no gráfico abaixo, à esquerda) evolui 5% no SIN, quando comparado ao mesmo período de 2013.

Nível dos Reservatórios (%)



Carga (TWm)



ENERGIA GERADA

No Brasil, devido à predominância da fonte hidráulica na matriz energética (~68%[4]), adota-se o modelo de despacho centralizado, no qual o ONS determina o montante de energia a ser despachada para cada uma das usinas participantes do SIN, com base em modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios e considerando-se as restrições de transmissão, para assim atender de forma confiável e econômica a demanda do mercado.

As usinas da AES Tietê seguem os critérios acima, de tal forma que a variação na geração de seu parque gerador está diretamente associada aos despachos definidos pelo ONS para garantir a estabilidade do sistema e não necessariamente ao seu desempenho operacional.

No 2T14, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê atingiu 1.517,4 GWh, 44,3% inferior ao mesmo período de 2013. Os dados de geração do primeiro semestre de 2014 comparados com o mesmo período de 2013 também indicam a redução no volume de geração (4.321,5 GWh no 1S14 ante 5.920,9GW no 1S13). A manutenção das condições hidrológicas desfavoráveis e o maior despacho térmico pelo ONS no primeiro semestre de 2014, reduziu a participação da geração hidrelétrica no submercado SE/CO.

A variação no volume de energia gerada pelas usinas da AES Tietê no 2T14 e no acumulado do ano está demonstrada na tabela a seguir. Ressalta-se a variação positiva de 132,3% no semestre na geração da usina de Caconde, em vista da parada programada que se deu nessa usina no 2T13, como parte do programa de manutenção e modernização das usinas da Companhia.

[4] Conforme Banco de Informações Gerenciais da ANEEL (Jul/14)

Geração (Usinas) - GWh	2T13	2T14	Variação (%) 2T14 x 2T13	1S13	1S14	Variação (%) 1S14 x 1S13
Energia Gerada Bruta	**2.722,6**	**1.517,4**	**-44,3%**	**5.920,9**	**4.321,5**	**-27,0%**
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes	1.312,5	767,5	-41,5%	2.704,6	2.496,0	-7,7%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	181,8	86,4	-52,5%	425,2	212,4	-50,0%
Barra Bonita	163,0	65,4	-59,8%	369,0	144,6	-60,8%
Caconde	-	39,5	-	47,7	110,8	132,3%
Euclides da Cunha	130,3	58,9	-54,8%	286,6	148,0	-48,3%
Ibitinga	152,2	111,6	-26,7%	328,0	269,2	-17,9%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	37,6	17,0	-54,8%	70,7	41,3	-41,6%
Nova Avanhandava	415,6	217,4	-47,7%	959,3	534,1	-44,3%
Promissão (Mário Lopes Leão)	318,3	151,0	-52,6%	709,3	358,5	-49,5%
Mogi / S. Joaquim / S. José	11,3	2,7	-76,4%	20,5	6,6	-67,8%

A geração total bruta das usinas da Companhia no 2T14 foi equivalente a 57,6% da sua garantia física bruta versus 96,7% da sua garantia física bruta em 1T13. A geração total bruta verificada no acumulado do ano de 2014 foi equivalente a 76,2% da sua garantia física bruta versus 99,4% verificada em 2013, pelas razões mencionadas acima.

DESEMPENHO COMERCIAL

GARANTIA FÍSICA & SAZONALIZAÇÃO

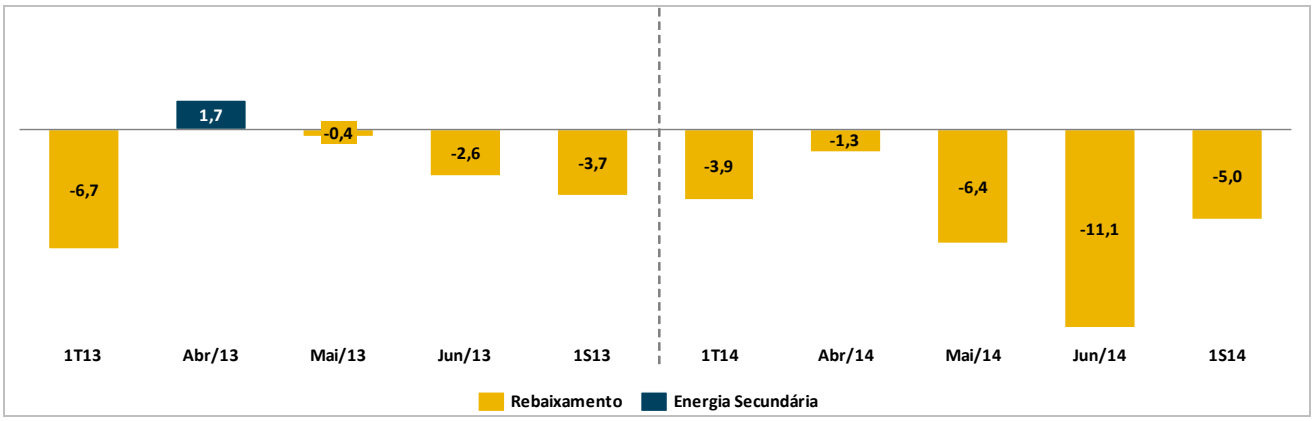
O total da geração de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas pertencentes ao SIN no 2T14 foi inferior ao total da garantia física do SIN, acarretando um déficit no sistema conhecido como rebaixamento, o qual expõe as usinas participantes do MRE ao mercado de curto prazo, dependendo de seu nível de contratação.

O efeito contrário ao rebaixamento, isto é, quando o sistema apresenta um superávit entre a garantia física e a produção de energia destinada ao MRE, é conhecido como energia secundária. Informações adicionais sobre estes dois mecanismos estão detalhadas na seção "Geração Hidrelétrica no Brasil".

O gráfico abaixo apresenta os rebaixamentos contabilizados pela CCEE nas liquidações financeiras por ela efetuadas no primeiro e segundo trimestres de 2013 e 2014[5].

[5] Refere-se aos valores contabilizados na liquidação da CCEE. Valores contabilizados na Companhia sofrem influência do provisionamento, considerando que liquidação da CCEE de um determinado mês é disponibilizada, em média, em até 60 dias após o fechamento de determinado mês. Dessa forma, valores contabilizados no 2T14 na Companhia referem-se (i) as contabilizações verificadas na CCEE de fevereiro, março e abril de 2014; (ii) provisionamento de maio a junho de 2014; (iii) variações entre o provisionado em fevereiro e março de 2014 (contabilizados no 1T14) e o realizado para esses meses.

Rebaixamento e Energia Secundária (%)



Sazonalização de Garantia Física para fins de Lastro e MRE

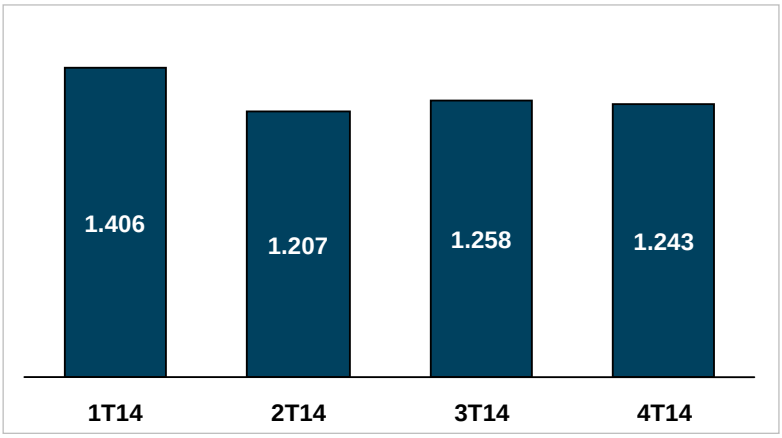
Com o advento da Resolução ANEEL n.° 584/2013, que prevê a declaração da sazonalização da garantia física para fins de lastro (contratos) e para fins de alocação de energia no MRE, a Companhia adotou uma estratégia de sazonalização que visa minimizar sua exposição ao risco hidrológico.

A estratégia adotada pela Companhia ao declarar o seu perfil de sazonalização para o MRE, em dezembro de 2013, resultou na maior alocação de sua energia no primeiro semestre de 2014, concentrada no 1T14, em linha com o perfil dos demais agentes participantes do MRE. O perfil de sazonalização do lastro, por sua vez, concentrou maior alocação de garantia física para o segundo semestre de 2014. Essa estratégia de alocação possibilitou à Companhia mitigar parcialmente os impactos financeiros com compra de energia no mercado de curto prazo, considerando o cenário hidrológico desfavorável para este ano.

O gráfico a seguir apresenta a estratégia de sazonalização para o MRE adotada pela Companhia para o ano de 2014. A variação entre o montante sazonalizado para fins de MRE (após a contabilização de perdas, consumo interno, indisponibilidades), eventual rebaixamento e o lastro, constitui nos ganhos e/ou perdas com a venda de energia no mercado de curto prazo.

Estratégia de Sazonalização de Garantia física para MRE

(MW médios)



Projeção de redução da Garantia Física para o ano de 2014

A Companhia mantém sua previsão sobre o impacto que o rebaixamento médio no MRE em 2014 deverá gerar para o Ebitda da Companhia - impacto negativo entre R$ 350 e R$ 500 milhões. Nossa previsão divulgada no trimestre passado tinha como premissa um rebaixamento entre 6% e 8% para o ano de 2014. Essa previsão considerava a um despacho térmico em patamares elevados ao PLD médio de aproximadamente R$ 700/MWh e uma afluência de 90% da MLT.

Passados três meses, entendemos que a previsão de impacto divulgada pela Companhia vem se materializando, apesar de vermos hoje uma possível melhora na hidrologia (100% da MLT para o período de agosto até dezembro de 2014), que reflete na redução de um spot médio para o ano de 2014 na ordem de R$ 640/MWh. No entanto, como o rebaixamento do ano deve ficar mais próximo do topo da faixa de 6 a 8%, o impacto negativo previsto pela Companhia no Ebitda para o ano de 2014 permanecerá na faixa dos R$ 350 a R$ 500 milhões.

DIFERENÇA DE PREÇO ENTRE SUBMERCADOS, EXCEDENTE E EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

As diferenças de PLD entre os submercados derivam dos limites de intercâmbios energéticos entre as regiões do SIN, dado as restrições operativas dos sistemas de transmissão dessas regiões, e dão origem ao excedente financeiro e as exposições financeiras verificadas pela CCEE.

Excedente financeiro

O excedente financeiro se verifica quando toda a energia exportada é valorada ao PLD do submercado onde a mesma foi gerada e neste, o PLD é menor que o do submercado importador. Isso gera um saldo positivo no balanço de pagamentos e recebimentos na liquidação financeira das operações do mercado de curto prazo, que equivale ao intercâmbio de energia realizado, valorado pela diferença do PLD entre os submercados. Se não existe diferença do PLD entre os submercados, não há excedente financeiro.

Em vista da melhoria nas afluências dos reservatórios dos submercados Sul e Norte, o PLD destes submercados foi reduzido. A diferença do PLD entre os submercados no 2T14 gerou na CCEE a contabilização de um excedente financeiro de R$ 3,6 bilhões, suficiente para cobrir as exposições negativas a submercado no período.

Exposição financeira

A diferença significativa do PLD entre os submercados no 2T14 acarretou o aumento da exposição financeira dos agentes participantes do MRE. No caso da AES Tietê, esta exposição não tem origem no perfil de contratação da Companhia, já que todos os seus contratos são celebrados no submercado SE/CO, mesmo submercado em que a Companhia gera sua energia.

Considerando o perfil importador do submercado SE/CO, o 2T14 foi marcado por uma exposição financeira negativa, não gerenciável pela Companhia no MRE, que resultou no aumento dos custos com compra de energia no submercado SE/CO. Para neutralizar tais exposições, a regulamentação prevê o alívio da exposição financeira a ser detalhado a seguir.

Alívio da exposição financeira

A AES Tietê foi um dos agentes participantes do MRE que teve direito a aliviar sua exposição financeira por meio da alocação do excedente financeiro, acrescido do total das exposições financeiras positivas apuradas pela CCEE no 2T14. Tal alívio visa a neutralizar a exposição financeira negativa não gerenciável a que foi submetida a AES Tietê, em vista da alocação de energia no MRE em outros submercados, com significativa diferença do PLD entre os submercados.

A AES Tietê registrou no 2T14 de alívio da exposição financeira no valor de R$ 68,8 milhões, registrada como receita bruta na contabilidade da Companhia. Para fins de análise do resultado, nas próximas seções, a receita bruta foi reduzida em R$ 68,8 milhões e as deduções da receita em R$ 5,2 milhões. Em contrapartida, os custos e despesas operacionais com compra de energia no mercado de curto prazo foram reduzidos em R$ 63,6 milhões, sem impacto no Ebitda da Companhia.

FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada com a AES Eletropaulo é de 1.268 MWm. Esse é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano até o término do contrato em 31 de dezembro de 2015.

O contrato admite sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que ele foi homologado pela ANEEL, que estabeleceu o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então o preço do contrato é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Conforme preço atualizado em 04 de julho de 2013, o preço do contrato passou de 182,66/MWh para R$ 194,19/MWh, com base no IGP-M acumulado do período de 5,14%.

No dia 04 de julho de 2014, houve nova atualização do preço do contrato com a AES Eletropaulo para os próximos 12 meses, passando o valor para R$ 206,32/MWh.

CCEE (MRE, *Spot* e Administrativas) e Outros

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE é ajustada anualmente pela ANEEL, em janeiro, pela variação do IPCA. A tarifa vigente em 2014 é de R$ 10,54/MWh, enquanto em 2013 era de R$ 10,01/MWh. Essa tarifa é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas.

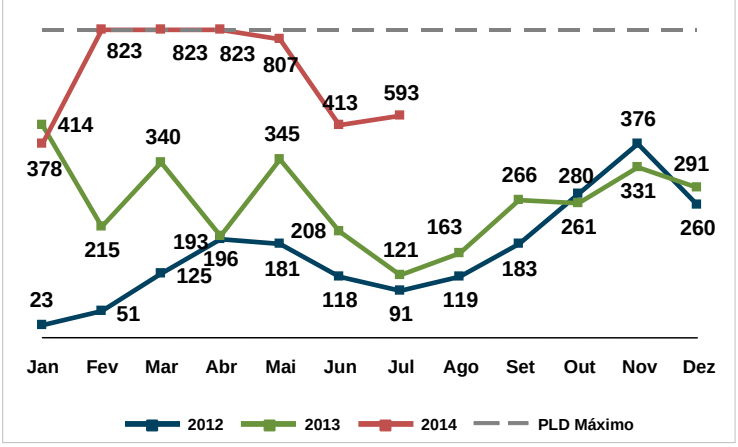
O preço da energia faturada no mercado de curto prazo, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições elétricas, hidrológicas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n°. 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento das usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

O resultado da hidrologia desfavorável verificada no período chuvoso de novembro de 2013 a abril de 2014 e, o aumento no consumo de energia e a necessidade de manutenção de um maior despacho térmico foram preponderantes para a adoção, nos meses de fevereiro e março de 2014, do PLD máximo regulamentado pela ANEEL no valor de R$ 822,83/MWh para o submercado SE/CO. No 2T14 houve uma melhora nos níveis de afluência do SIN, em comparação com o 1T14, com destaque para o submercado Sul que apresentou afluência significativamente superior. Essa melhora na afluência contribuiu para a redução do PLD médio no 2T14.

O gráfico a seguir ilustra a variação do PLD mensal para os anos de 2012 a 2014:

Evolução Mensal do PLD no submercado SE/CO

(R$/MWh)[6]



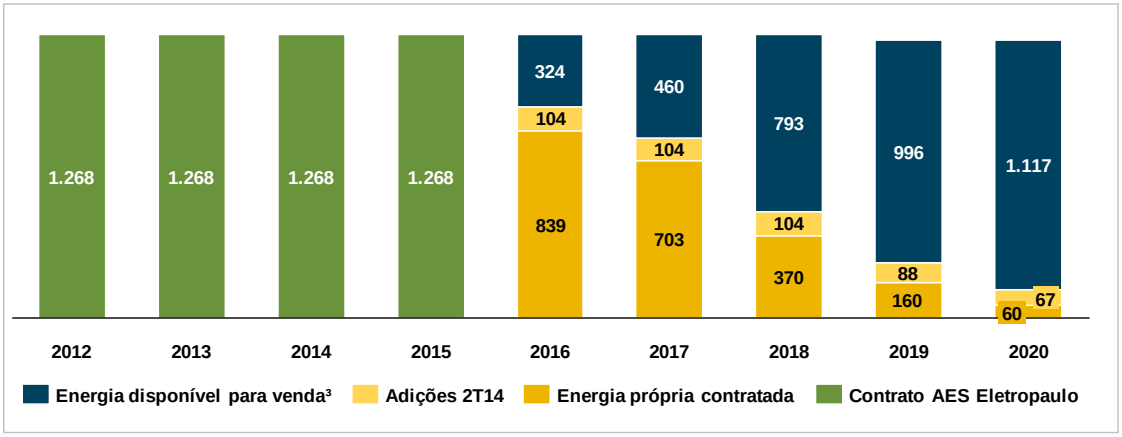
Estratégia de Comercialização de Energia e Outros Contratos Bilaterais

A Companhia definiu como estratégia de comercialização da sua energia disponível após dezembro de 2015 - quando vence o contrato bilateral com a AES Eletropaulo - formar uma diversificada carteira de clientes livres de forma a substituir totalmente o contrato com a AES Eletropaulo.

No 2T14, o portfólio de contratos bilaterais no mercado livre apresentou crescimento de 104 MWm para 2016, 2017 e 2018 ao preço médio de R$159/MWh[7] e crescimento de 88MWm para 2019 e 67MWm para 2020 ao preço de R$ 142/MWh. O portfólio atual da Companhia totaliza 943 MWm de energia própria vendida para entrega em 2016, 807 MWm para entrega em 2017, 474 MWm para entrega em 2018, 248MWm para entrega em 2019 e 127MWm entrega em 2020.

Histórico e Evolução da carteira de clientes[8]

(MW médios)



[6] Os preços médios referentes ao período de abril a ago/13 foram calculados com base nos valores de PLD1. A partir de set/13, calculam-se apenas os valores de PLD, que incorpora os mecanismos de aversão ao risco ao modelo de cálculo.
[7] Inclui contratos de energia firmados no período de 08/05/14 até 06/08/2014
[8] Apenas energia convencional e exclui perdas e consumo interno

ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê reduziu 19,0% na comparação entre o 2T14 e o 2T13. No 1S14, a energia faturada apresentou redução de 16,6% em comparação ao 1S13. As variações são detalhadas a seguir:

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	2T13	2T14	Variação (%)	1S13	1S14	Variação (%)
Energia Faturada	**3.980,3**	**3.224,6**	**-19,0%**	**8.162,1**	**6.808,1**	**-16,6%**
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.831,8	2.353,9	-16,9%	5.889,9	4.683,0	**-20,5%**
CCEE	659,4	366,8	-44,4%	1.301,1	1.083,2	**-16,7%**
Spot	116,2	353,2	204,0%	158,0	893,8	**465,9%**
MRE	543,2	13,6	-97,5%	1.143,1	189,4	**-83,4%**
Outros Contratos Bilaterais	489,1	503,9	3,0%	971,1	1.041,9	7,3%

As vendas para a AES Eletropaulo no 2T14 totalizaram 2.353,9 GWh, 16,9% inferior ao volume vendido no 2T13. Essa redução é explicada pela sazonalidade do contrato, que varia a cada ano, como consta na seção "Fontes de Receita – AES Eletropaulo". No semestre as vendas somaram 4.683,0 GWh, representando uma queda de 20,5% em relação ao mesmo período de 2013, igualmente justificada pela sazonalidade do contrato.

O volume de energia faturada por meio da CCEE no 2T14 reduziu 44,4% se comparado ao 2T13, devido à queda no volume de energia vendida no MRE (-97,5%), compensado pelo maior volume de energia vendida no mercado de curto prazo (+204,0%).

No 1S14 o volume faturado por meio da CCEE apresentou redução de 16,7%. Tal variação deriva da combinação do maior volume de venda no mercado de curto prazo (+465,9%), compensado pelo desempenho negativo das vendas no MRE, que caíram 83,4% no período.

O resultado com energia faturada por meio de Outros Contratos Bilaterais apresentou aumento de 3,0% em relação ao registrado no 2T13. No 1S14 o volume de vendas por meio desses contratos aumentou 7,3% em relação ao 2T13, resultado da estratégia inicial comercial da Companhia para a formação de uma diversificada carteira de clientes livres.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 2T14, a receita operacional bruta da AES Tietê totalizou R$ 747,0 milhões[9], 21% superior àquela registrada no 2T13, de R$ 617,3 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

(i) elevação de R$ 185,2 milhões na receita bruta de energia vendida no mercado de curto prazo, associada tanto ao maior volume (353,2GWh no 2T14 ante 116,2GWh no 2T13) quanto ao maior PLD no submercado SE/CO (R$ 682,20/MWh no 2T14 versus R$ 250,58/MWh no 2T13); compensado pelo:

(ii) redução de 16,9% no volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, dada a sazonalidade desse contrato em 2014 (2.353,9 GWh no 2T14 ante 2.831,8 GWh no 2T13); e

(iii) redução de R$ 6,0 milhões na receita auferida no MRE, devido ao menor volume de energia gerada.

No 1S14, a receita operacional bruta aumentou 25%, chegando a R$ 1.561,0 milhões, favorecida:

(i) pela elevação de R$ 472,2 milhões na receita bruta de energia vendida no mercado de curto associada tanto ao maior volume (893,8 GWh no 1S14 ante 157,9 GWh no 1S13) quanto ao maior PLD no submercado SE/CO (R$ 676,01/MWh no 1S14 versus R$ 288,24/MWh no 1S13); compensado pela:

[9] Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ 68,8 milhões, sem impacto no Ebitda

(ii) redução de 20,5% no volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, dada a sazonalidade desse contrato em 2014 (4.683,0 GWh no 1S14 versus 5.889,9 GWh no 1S13); e

(iii) redução de R$ 9,5 milhões na receita auferida no MRE devido ao menor volume de energia vendida (189,4 GWh no 1S14 ante 1.143,1 GWh no 1S13).

Receita Bruta (Consolidado) - R$ milhões	2T13	2T14	Variação (%)	1S13	1S14	Variação (%)
Suprimento de Energia	**617,31**	**747,04**	**21,0%**	**1.249,07**	**1.561,04**	**25,0%**
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	517,3	457,1	-11,6%	1.075,9	909,4	-15,5%
CCEE	42,6	233,2	447,9%	59,3	534,4	801,8%
Spot	34,1	219,4	542,7%	44,2	516,4	1068,1%
MRE	6,5	0,5	-92,9%	13,0	3,5	-72,8%
Outras (Administrativos)	2,0	13,4	580,4%	2,0	14,5	608,4%
Outros Contratos Bilaterais	57,5	56,7	-1,4%	114,0	116,3	2,0%
Créditos de Carbono	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo). Para as demais fontes de receita da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou R$ 52,7 milhões[10] em deduções de receita no 2T14 ante R$ 34,6 milhões no 2T13, um incremento de 52,0%. Esse desempenho é explicado pela maior participação das receitas registradas com as operações na CCEE, que incluem vendas no mercado de curto prazo e no MRE, assim como outras receitas administrativas associadas ao processo de liquidação da CCEE.

No 1S14 as deduções alcançaram R$ 110,4 milhões, ante R$ 68,3 milhões registrados no 1S13. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelo incremento de 912,4% na receita energia vendida no mercado de curto prazo, além do aumento nas outras receitas administrativas associadas ao processo de liquidação da CCEE.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê totalizou R$ 694,4 milhões no 2T14[11], montante 19,2% superior ao registrado no 2T13. Esse desempenho reflete principalmente do maior volume de energia vendida no mercado de curto prazo, parcialmente compensada pelo menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo.

No 1S14, a receita operacional líquida registrou aumento de 22,9%, chegando a R$ 1.450,6 milhões, favorecida pelo maior volume de energia vendida no mercado de curto prazo.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, no 2T14 totalizaram R$ 263,4 milhões[12], o que representa um incremento de 62,7% (ou R$ 101,5 milhões) na comparação com o 2T13. O resultado é explicado principalmente pelo maior custo com compra de energia, especificamente no mercado de curto prazo neste trimestre, em função do aumento do volume de compra de energia neste mercado e aumento do preço do PLD médio do período, principalmente relacionado à exposição à diferenças de PLD decorrentes das alocações do MRE, que resultou em uma exposição financeira da

[10] Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ R$ 5,2 milhões, sem impacto no EBITDA. Desconsiderado esse efeito, as deduções totalizam R$ 57,9 milhões no 2T14.
[11] Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ 63,6 milhões, sem impacto no Ebitda.
[12] Considera reclassificação contábil no valor de R$ 63,6 milhões referente ao alívio da exposição financeira verificada no período.

Companhia no 2T14, totalmente compensada pela alocação do excedente financeiro, resultando em impacto nulo no Ebitda.

As despesas com PMSO gerenciáveis apresentaram uma redução de 2,3% no 2T14 em relação ao 2T13. Esta evolução reflete a redução de custos com materiais e serviços de terceiros no valor R$ 0,4 milhões.

Na comparação do acumulado, os custos e despesas operacionais do 1S14, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R$ 426,1 milhões, em linha com o valor registrado no 1S13 (ou R$ 426,2 milhões).

As despesas com PMSO gerenciáveis, por sua vez, apresentaram um aumento de 2,0% no 1S14 em relação ao 1S13. Esta evolução reflete a sazonalização de custos no ano de 2013, compensada pelos ganhos de eficiência alcançados no 2T14.

A previsão da Companhia é encerrar o ano com o PMSO gerenciável de 2014 com crescimento zero, em termos nominais, dos custos gerenciáveis apresentados no ano de 2013.

As principais iniciativas deste programa de revisão de custos da AES Tietê estão centradas: (i) em melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas, (ii) na internalização do processo de gestão de seus reservatórios e (iii) na reavaliação dos custos administrativos, por meio da redução dos serviços de terceiros.

R$ mil	2T13	2T14	Var (%)	1S13	1S14	Var (%)
Custos e Despesas Operacionais Reportado	**161.896**	**263.406**	**62,7%**	**426.206**	**426.084**	**0,0%**
Encargos e taxas setoriais	37.474	33.839	-9,7%	77.203	75.665	-2,0%
Energia comprada*	79.924	189.017	136,5%	265.546	258.690	-2,6%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	**117.398**	**222.856**	**89,8%**	**342.749**	**334.355**	**-2,4%**
Pessoal	19.810	19.311	-2,5%	39.129	37.943	-3,0%
Material e serviços de terceiros	19.730	19.320	-2,1%	36.896	47.410	28,5%
Outros	4.958	1.919	-61,3%	7.432	6.376	-14,2%
PMSO Reportado	**44.498**	**40.550**	**-8,9%**	**83.457**	**91.729**	**9,9%**
Entidade Previdência Privada	979	597	-39,0%	2.178	1.185	-45,6%
Provisões Operacionais	1.281	1.258	-1,8%	(504)	1.430	-383,7%
Recuperação Seguros	-	(3.490)	-	-	(3.490)	-
Normalização Manutenção bianual eclusas	(1.464)	(302)	-79,3%	(2.822)	5.432	-292,5%
Outros não gerenciáveis**	(19)	(244)	1196,0%	(1.116)	(257)	-77,0%
PMSO Gerenciável	**43.721**	**42.732**	**-2,3%**	**85.720**	**87.429**	**2,0%**

* Considera ajuste gerencial no valor de R$ 63,6 milhões, referente ao alívio do excedente financeiro

** ganhos e receitas com alienação de ativos

As principais variações das contas de custos e despesas operacionais serão detalhadas a seguir:

Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R$ mil	2T13	2T14	Var (%)	1S13	1S14	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	13.360	8.595	-35,7%	29.506	25.603	-13,2%
Transmissão e Conexão	22.436	23.654	5,4%	44.337	46.876	5,7%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.678	1.590	-5,2%	3.360	3.186	-5,2%
Energia Comprada / Liquidação CCEE*	79.924	189.017	136,5%	265.546	258.690	-2,6%
TOTAL - Custos operacionais e compra Energia	**117.398**	**222.856**	**89,8%**	**342.749**	**334.355**	**-2,4%**

* Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ 63,6 milhões, sem impacto no Ebitda.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")

As despesas com a CFURH reduziram 35,7% na comparação do 2T14 com o 2T13, influenciada pelo menor volume de energia gerada no período (1.517,4 GWh no 2T14 versus 2.722,6 GWh no 2T13).

O menor volume de energia gerada no 1S14 foi o fator principal que resultou na redução de 13,2% das despesas com a CFURH na comparação com o 1S13 (4.321,5 GWh versus 5.920,9 GWh, respectivamente), compensado pelo reajuste de 5,44% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R$ 79,87/MWh desde janeiro de 2014.

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R$ 23,7 milhões no 2T14, um aumento de 5,4% em comparação ao 2T13. O reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) da usina de Água Vermelha em julho de 2013 (impacto de 7,6% no 2T14 versus 2T13) e o reajuste previsto nos contratos de conexão das demais usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia foram preponderantes para tal incremento.

O reajuste da usina de Água Vermelha e das demais usinas da Companhia, em particular as usinas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Bariri, cuja TUSDg sofreu reajuste médio de 8,9% em abril de 2014, justificam o aumento dos custos com transmissão e conexão de 5,7% no 1S14 ante o 1S13.

Taxas de Fiscalização / Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização / Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da ANEEL e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS, totalizaram R$ 1,6 milhões no 2T14, 5,2% inferior ao valor registrado no 2T13. Essa redução reflete o menor rateio com a contribuição à CCEE e a redução de 2,8% na Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")[13] para o ano de 2014, em comparação com a TFSEE proposta pela ANEEL para o ano de 2013.

Seguindo a redução da TFSEE e o menor rateio com contribuição à CCEE verificada no 1S14, os custos com Taxas de Fiscalização / Demais Encargos totalizaram R$ 3,2 milhões, valor 5,2% inferior ao mesmo período do ano anterior.

Energia Comprada / Liquidação CCEE

O custo com energia comprada / liquidação CCEE teve um incremento de R$ 109,1 milhões na comparação dos trimestres, passando de R$ 79,9 no 2T13 para R$ 189,0 milhões no 2T14[14]. Esse resultado é influenciado, principalmente:

(i) maior volume com compra de energia no mercado de curto prazo (208,2 GWh no 2T14 ante 55,4GWh no 2T13), em função da exposição financeira do submercado SE/CO no MRE;

(ii) maior PLD médio no submercado SE/CO (R$ 682,20/MWh no 2T14 versus R$ 250,58/MWh no 2T13);

(iii) incremento de R$ 11,0 milhões com custo no processo de liquidação da CCEE principalmente relacionado ao rateio dos impactos financeiros aos agentes participantes do SIN, resultado de limitar obtida por empresa geradora hidrelétrica do setor que suspendeu a cobrança dos impactos financeiros associados à apuração de Fator de Indisponibilidade (FID) dessa geradora durante seu período de motorização[15]; e,

(iv) maior volume de energia comprada para revenda (598,6GWh no 2T14 versus 565,6GWh no 2T13) para atender a estratégia inicial de comercialização da Companhia ("Outros bilaterais").

[13] A TFSEE é cobrada por usina e equivale a 0,4% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, multiplicado pela sua potência instalada.
[14] Ajustado pelo Excedente Financeiro no 2T14 no valor de R$ 63,6 milhões, sem impacto no Ebitda.
[15] Cobrança foi suspensa para geradores e operadores independentes considerando agravo de instrumento obtido por uma empresa geradora, oficializada para a CCEE em 10 de julho de 2014. Valores contabilizados e provisionados no resultado da Companhia, que totalizam R$ 11 milhões, serão revertidos no próximo fechamento contábil.

O custo com compra de energia para revenda e o processo de liquidação da CCEE teve uma redução de R$ 6,9 milhões na comparação do acumulado dos anos, passando de R$ 265,5 no 1S13 para R$ 258,7 milhões no 1S14[16]. Esse resultado é influenciado, principalmente:

(i) maior PLD médio no submercado SE/CO (R$ 676,01/MWh no 1S14 versus R$ 288,24/MWh no 1S13);

(ii) incremento de R$ 11,0 milhões com custo no processo de liquidação da CCEE principalmente relacionado à contabilização dos impactos financeiros, rateados a todos os agentes participantes do SIN, resultado de limitar obtida por uma geradora hidrelétrica;

(iii) maior volume de energia comprada para revenda de forma a atender Outros Bilaterais (1.103,1 GWh no 1S14 versus 1.027,1 GWh no 1S13); compensado pelo:

(iv) menor volume com compra de energia no mercado de curto prazo (433,3 GWh no 1S13 ante 268,2 GWh no 1S14), associado a estratégia de sazonalização adotada pela Companhia, em particular no 1T14.

Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

Pessoal

R$ mil	2T13	2T14	Var (%)	1S13	1S14	Var (%)
Pessoal e Encargos	18.831	18.714	-0,6%	36.951	36.758	-0,5%
Entidade Previdência Privada	979	597	-39,0%	2.178	1.185	-45,6%
TOTAL	**19.810**	**19.311**	**-2,5%**	**39.129**	**37.943**	**-3,0%**

As despesas com pessoal totalizaram R$ 19,3 milhões no 2T14, um decréscimo de 2,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa redução é resultado dos ganhos de eficiência e simplificação no quadro de colaboradores próprios (359 no 2T13 para 346 no 2T14) da Companhia e do aumento da taxa de desconto conforme Deliberação CVM n.º 695/2012 que impactou na redução dos custos com Previdência Privada, compensando os efeitos do acordo coletivo celebrado em junho de 2013.

Material e serviços de terceiros

Na comparação entre o 2T14 e o 2T13, os custos com material e serviços de terceiros somaram R$ 19,3 milhões no 2T14, uma redução de 2,1% em relação ao 2T13. Essa variação está principalmente relacionada:

(i) à redução com consultorias e serviços prestados na área de tecnologia da informação para aprimoramentos e adequações de sistemas que suportam a estratégia de eficiência da Companhia, realizado no 2T13, que totalizou R$ 1,3 milhões;

(ii) às adequações ambientais nas PCHs da Companhia realizadas no 2T13, no valor de R$ 0,4 milhões; compensado pelo:

(iii) à manutenção bianual das eclusas das usinas Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, que totalizaram R$ 0,8 milhões no 2T14; e,

(i) às ações de manutenções civis e preventivas nas usinas no 2T14 no valor de R$ 0,6 milhões, de acordo com o plano de manutenções da Companhia.

Na comparação do acumulado do ano, os custos com material e serviços de terceiros somaram R$ 47,4 milhões no 1S14, um incremento de 28,5% em relação ao 1S13. Essa variação é justificada pela sazonalização de custos no ano de 2013, concentrado no 4T13 e está principalmente relacionada:

[16] Considera ajuste gerencial no valor de R$ 63,6 milhões realizada no 2T14.

(i) à manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, no valor de R$ 9,8 milhões;

(ii) às ações de manutenções civis e preventivas nas usinas no valor de R$ 3,0 milhões, de acordo com o plano de manutenções da Companhia; e,

(iii) às ações ambientais de reflorestamento e arqueologia no valor de R$ 1,3 milhões, relacionadas as compensações ambientais previstas na renovação das licenças das usinas em 2013; compensado pela:

(iv) redução de consultorias e serviços prestados na área de tecnologia da informação para aprimoramentos e adequações de sistemas que suportam a estratégia de eficiência da Companhia, realizado no 2T13, que totalizou R$ 1,5 milhões; e,

(v) à adequações ambientais nas PCHs da Companhia realizadas no 2T13, no valor de R$ 0,4 milhões.

Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R$ mil	2T13	2T14	Var (%)	1S13	1S14	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	3.677	661	-82,0%	7.936	4.946	-37,7%
Provisões Operacionais	1.281	1.258	-1,8%	(504)	1.430	-383,7%
TOTAL	**4.958**	**1.919**	**-61,3%**	**7.432**	**6.376**	**-14,2%**

No 2T14, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R$ 1,9 milhões, ante uma despesa de R$ 5,0 milhões no 2T13. Essa variação está principalmente relacionada ao recebimento de uma indenização em abril de 2014, no valor de R$ 3,5 milhões, relativa a sinistro ocorrido em 2012 na usina de Limoeiro.

No acumulado do ano, as provisões operacionais e outras despesas/ receitas operacionais totalizaram uma despesa de R$ 6,4 milhões, ante uma despesa de R$ 7,4 milhões no 1S13. Essa variação está principalmente relacionada ao recebimento da indenização acima mencionada, parcialmente compensada pela:

(i) reversão de PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa), no valor de R$ 1,7 milhão no 1T13, em virtude do recebimento de parte do valor devido pela massa falida do Banco Santos; e

(ii) reversão de contingência no valor de R$ 0,8 milhões, referente as alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 e cuja decisão judicial foi favorável à Companhia.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de 431,0 milhões no 2T14, com margem de 62,1%, um incremento de 2,4% em relação ao valor verificado no 2T13 (R$ 420,8 milhões), que apresentou uma margem de 72,2%. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) maior volume e aumento do preço médio da energia de curto prazo, compensada pelo rebaixamento verificado no 2T14 (6,2%), totalizando uma variação positiva de R$ 85,0 milhões;

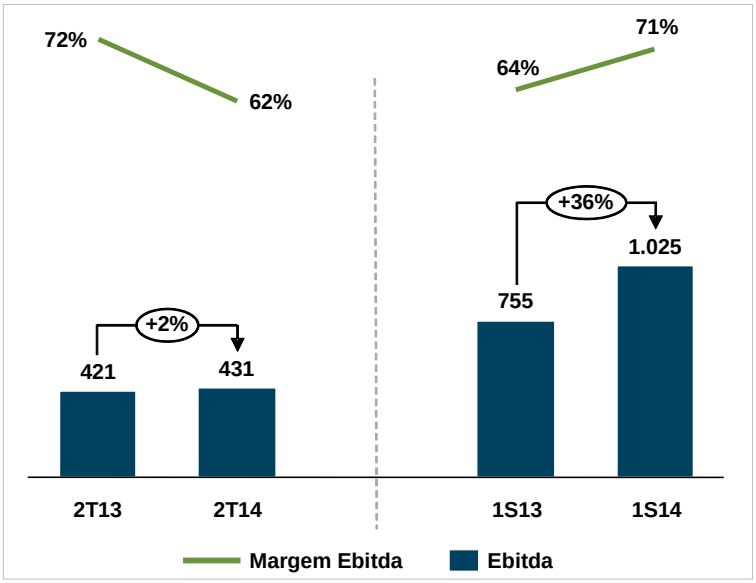
(ii) redução de R$ 3,9 milhões no PMSO, associado a recebimento de indenização de seguros e redução com consultorias e serviços prestados; parcialmente compensado pelo:

(iii) menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo a um maior preço do contrato, no montante de R$58,0 milhões; e,

(iv) maior compra de energia no MRE, considerando a redução do despacho hidrelétrico das usinas da Companhia, resultando em impacto negativo de R$ 10,6 milhões.

Evolução Ebitda

(R$ milhões)



O Ebitda da AES Tietê no 1S14 totalizou R$ 1.024,5 milhões (com margem de 70,6%) apresentando um incremento de 35,8% em relação ao verificado no 1S13 (R$ 754,6 milhões). O desempenho é explicado, principalmente, pela elevação da receita líquida da Companhia resultado do:

(i) maior volume e aumento do preço médio da energia de curto prazo, compensada pelo rebaixamento verificado no 1S14 (~5,0%), totalizando uma variação positiva de R$ 455,8 milhões; compensado pelo:

(ii) menor volume de energia vendida à AES Eletropaulo, dado a sazonalidade do contrato em 2014, no montante de R$ 159,4 milhões;

(iii) maior compra de energia no MRE, considerando a redução do despacho hidrelétrico das usinas da Companhia, resultando em impacto negativo de R$ 12,3 milhões; e,

(iv) aumento de R$ 8,3 milhões no PMSO da Companhia, principalmente relacionados aos processos de manutenções das eclusas e usinas da Companhia no 1S14.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 2T14 foi uma despesa de R$ 10,2 milhões, comparado a uma despesa de R$ 16,1 milhões registrada no 2T13. A variação de 36,4% se deve, sobretudo, pelo incremento do saldo de juros capitalizados decorrente da maior base de ativos imobilizados em curso, compensado pelo aumento dos encargos financeiros da Companhia face ao aumento do CDI médio do período (10,79% no 2T14 ante 7,35% no 2T13).

O aumento do saldo de juros capitalizados e dos encargos financeiros da Companhia no semestre (CDI médio de 10,55% no 1S14 ante 7,16% no 1S13) foram fatores preponderantes para que o resultado financeiro líquida da Companhia atingisse uma despesa de R$ 20,7 milhões no 1S14, frente uma despesa de R$ 26,8 milhões no 1S13.

R$ mil	2T13	2T14	Var (%)	1S13	1S14	Var (%)
Receitas Financeiras	**7.392**	**12.173**	**64,7%**	**13.147**	**22.419**	**70,5%**
Despesas Financeiras	**(23.468)**	**(22.396)**	**-4,6%**	**(39.979)**	**(43.071)**	**7,7%**
Despesas Financeiras	(20.552)	(22.267)	8,3%	(36.966)	(45.506)	23,1%
Variações Monetárias	(2.916)	(129)	-95,6%	(3.013)	2.435	-180,8%
Resultado Financeiro	**(16.076)**	**(10.223)**	**-36,4%**	**(26.832)**	**(20.652)**	**-23,0%**

Receitas Financeiras

As receitas financeiras cresceram 64,7% no 2T14 em relação ao 2T13. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento no saldo médio de aplicações financeiras (R$ 474,8 milhões no 2T14 versus R$ 419,6 milhões no 2T13) e pelo aumento da rentabilidade média verificada no período (101,5% do CDI no 2T14 versus 99,8% do CDI no 2T13), resultando no maior rendimento das aplicações financeiras em R$ 4,7 milhões.

No 1S14 as receitas financeiras da Companhia cresceram 70,5% na comparação com o 2T13. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento de 21,0% no saldo médio de aplicações financeiras (R$ 448,3 milhões no 1S14 versus R$ 370,6 milhões no 1S13) e pelo aumento da rentabilidade média verificada no período (101,3% do CDI no 1S14 versus 97,7% do CDI no 1S13), resultando no maior rendimento das aplicações financeiras no valor total de R$ 10,1 milhões.

Despesas Financeiras e Variações Monetárias

As despesas financeiras e variações monetárias somaram R$ 22,4 milhões no 2T14, montante 4,6% inferior ao registrado no 2T13 (R$ 23,5 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo:

(i) pelo aumento de R$ 6,1 milhões com encargos financeiros das dívidas devido à elevação do CDI médio no período, compensada pela redução do saldo da dívida líquida (R$ 667,0 milhões no 2T14 versus R$ 738,2 milhões no 2T13);

(ii) pela reversão da contabilização de um auto de infração na ANEEL contra a Companhia, no valor de R$ 1,1 milhão, ocorrido no 2T13; compensado:

(iii) pelo aumento de R$ 5,0 milhões no saldo de juros capitalizados decorrente da maior base de ativos imobilizados em curso; e,

(iv) pela atualização monetária e variação cambial de R$ 3,4 milhões, em processo judicial em processo judicial que discute à aquisição obrigatória de energia de Itaipu.

As despesas financeiras e variações monetárias somaram R$ 43,1 milhões no 1S14, montante 7,7% superior ao registrado no 1S13. Tal variação é explicada, sobretudo, pelo:

(i) aumento dos encargos financeiros das dívidas da Companhia no valor de R$ 19,2 milhões influenciado, principalmente, pela elevação do CDI médio no período e também pelo maior saldo da dívida líquida do 1T14 quando comparado com o 1T13 (R$ 829,0 milhões e R$ 755,6 milhões, respectivamente); compensado pelo:

(ii) aumento do saldo de juros capitalizados no valor de R$ 10,5 milhões;

(iii) à reversão de R$ 1,3 milhão referente a decisão favorável à AES Tietê, em processo no qual a Companhia questionou alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98; e,

(iv) a atualização monetária e variação cambial de R$ 4,1 milhões em processo judicial que discute a aquisição obrigatória pela AES Tietê de energia oriunda de Itaipu.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido auferido pela AES Tietê no 2T14 foi de R$ 251,2 milhões, resultado 4,4% superior ao obtido no 2T13. Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

(i) maior volume de energia transacionada no mercado curto prazo, a um maior PLD, compensada pelo rebaixamento registrado, totalizando um impacto positivo de R$ 56,2 milhões;

(ii) menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, parcialmente compensado pelo aumento do preço médio do contrato; e,

(iii) maior volume de energia comprada no MRE considerando a redução do despacho hidrelétrico das usinas da Companhia, resultando em impacto negativo de R$ 7,0 milhões.

No acumulado do ano, o lucro líquido auferido pela AES Tietê foi de R$ 609,1 milhões, resultado 42,9% superior ao obtido no 1S13 (R$ 426,3 milhões). Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores:

(i) maior volume de energia transacionada no mercado curto prazo, a um maior PLD, compensada pelo rebaixamento registrado no período, totalizando um impacto positivo de R$ 300,6 milhões;

(ii) menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo, parcialmente compensado pelo aumento do preço médio do contrato;

(iv) maior compra de energia no MRE considerando a redução do despacho hidrelétrico das usinas da Companhia, resultando em impacto negativo de R$ 8,2 milhões; e,

(iii) aumento de R$ 5,5 milhões no grupo materiais e serviços, principalmente relacionados aos processos de manutenções das eclusas e usinas da Companhia no 1S14.

PROVENTOS

A Administração da AES Tietê aprovou a distribuição de R$ 389,7 milhões como dividendos, sendo: R$ 0,975109498 por ação ordinária e R$ 1,072620448 por ação preferencial. O valor a ser distribuído corresponde ao lucro líquido auferido no 2T14, ajustado pela realização de avaliação patrimonial, no valor de R$ 268,5 milhões, e os lucros acumulados no 1T14 de R$ 121,2 milhões (não distribuídos em função de restrição prevista na legislação societária). O *payout* do semestre totalizou 106%.

A tabela abaixo apresenta a proposta de distribuição de dividendos no semestre pela Companhia.

Dividendos AES Tietê 1S14 (R$ milhões)	
Lucro do Exercício acumulado - 30 de junho de 2014	**609,1**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	34,7
Lucro destinado no 1º trimestre 2014	-254,1
Constituição de reserva legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	**389,7**
Saldo remanescente	**-**

Considerando o preço médio ponderado das ações ordinárias (R$ 15,17) e preferenciais (R$ 18,09) no 2T14, o dividend yield do período é de 6,4% e 5,9%, respectivamente, para as ações ordinárias e preferenciais. No 1S14, o dividend yeld foi de 10,5% e 9,9% respectivamente, para as ações ordinárias e preferenciais.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2014, a dívida bruta da AES Tietê totalizava R$ 1.118,8 milhões, 0,6% superior à posição da dívida bruta na mesma data de 2013. Essa pequena variação é devida a movimentação de juros no período.

em R$ milhões

Debêntures	Montante	Vencimento	Custo Nominal
1° emissão	614,5	04/2015	CDI + 1,20% a.a.
2° emissão	501,9	05/2019	CDI + 0,79% a.a.
3° emissão	300,0	03/2020	108,2% do CDI

No encerramento do 2T14, as disponibilidades somavam R$ 451,8 milhões, montante R$ 77,0 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2013, devido, principalmente em função da maior geração de caixa operacional da Companhia nos últimos 12 meses, compensadas pelo maior volume de investimentos e aumento em despesas financeiras.

Covenants

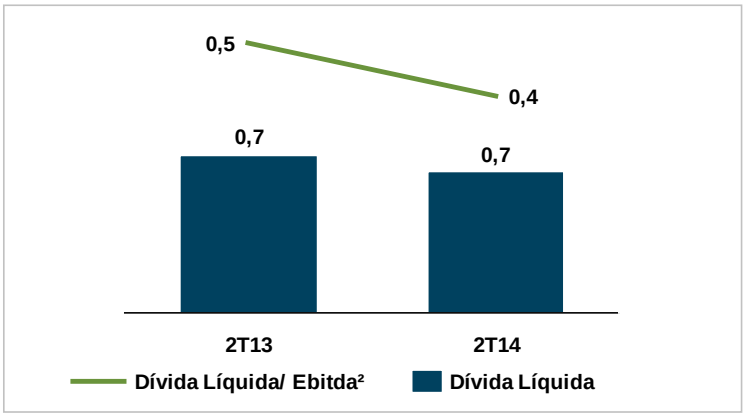
A 1ª emissão de debêntures da Companhia possui covenant financeiro que considera o índice Dívida Bruta pelo Ebitda Ajustado[17], que não pode ser igual ou superior a 2,5x. Esse índice encerrou o trimestre dentro do limite estabelecido, em 0,6x.

Os covenants da 2ª e 3ª emissões de debêntures consideram o índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado, que não pode ser igual ou superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado[2] encerrou o trimestre dentro do limite estabelecido, em 0,4x.

Todas as emissões também consideram um covenant de cobertura de juros (Ebitda Ajustado pelas Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 2T14, esse indicador estava em 16,4x.

Dívida Líquida

(R$ bilhões)



*Conforme estabelecido na 2ª e 3ª emissão de debêntures

[17] Ebitda Ajustado – O Ebitda é ajustado (i) pelas despesas/receitas financeiras e (ii) pelos valores de depreciação e amortização para melhor refletir a geração de caixa operacional da Companhia
[2] Idem ao anterior

INVESTIMENTOS

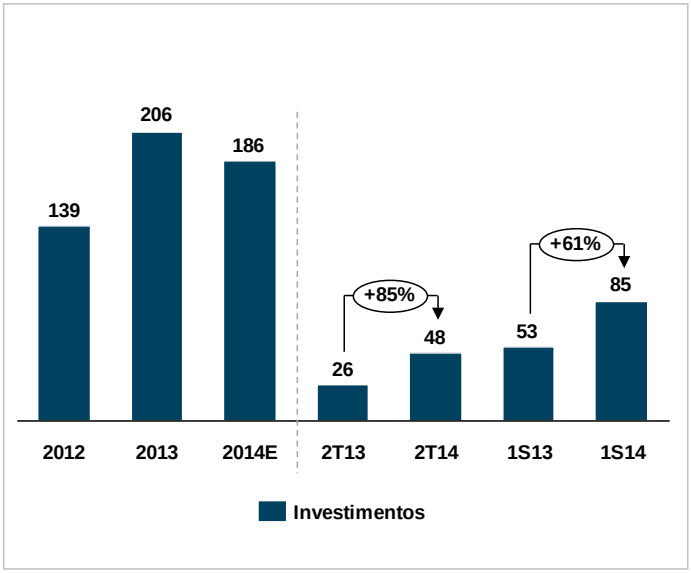
Os investimentos da AES Tietê somaram R$ 48,0 milhões no 2T14, valor 87,1% acima do montante investido no 2T13. Desse total, R$ 38,9 milhões foram destinados à modernização e manutenção preventiva das usinas, com destaque para Água Vermelha (R$ 17,2 milhões), Barra Bonita (R$ 6,4 milhões), Promissão (R$ 5,6 milhões) e Bariri (R$ 3,8 milhões), e R$ 8,2 milhões referentes a juros capitalizados, decorrente do incremento na base de ativos imobilizados em andamento, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas para os anos de 2013 e 2014.

No 1S14, a AES Tietê investiu R$ 85,2 milhões, montante 60,9% superior ao valor investido no 1S13 (R$ 53,0 milhões).

O total de investimentos previstos para 2014 é de R$ 185,5 milhões, a serem destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas de Água Vermelha, Barra Bonita e Bariri para manutenção das suas condições operacionais e assegurar a disponibilidade de geração de energia. Estima-se também que R$ 7,9 milhões sejam destinados a projetos de TI.

Histórico de Investimentos

(R$ milhões)



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R$ Milhões	2T13	2T14	1S13	1S14
Saldo inicial de caixa	**675,7**	**617,9**	**396,9**	**456,7**
Geração Operacional de Caixa	353,6	605,9	688,7	1.056,3
Investimentos	(22,5)	(31,0)	(46,7)	(90,8)
Despesas Financeiras Líquidas	(17,5)	(36,4)	(28,4)	(42,1)
Amortização Líquida	(185,3)	(180,0)	192,3	(1,0)
Imposto de Renda	(21,5)	(25,4)	(420,4)	(425,0)
Caixa Livre	**106,8**	**333,1**	**385,6**	**497,4**
Dividendos e JSCP	(407,7)	(499,2)	(407,7)	(502,3)
Saldo final de caixa	**374,8**	**451,8**	**374,8**	**451,8**

O fluxo de caixa livre totalizou R$ 333,1 milhões no 2T14, montante 211,7% superior ao registrado no 2T13. Esse desempenho se deve ao:

(i) incremento de R$ 252,3 milhões na geração de caixa operacional (R$ 605,9 milhões no 2T14 ante R$ 353,6 milhões no 2T13) explicado sobretudo pela maior receita com venda de energia no mercado de curto prazo, dado estratégia de sazonalização adotada pela Companhia em 2014, apesar do rebaixamento registrado no período; compensado por:

(ii) pagamento em maio de 2014 de juros sobre capital próprio (referente ao resultado do 4T13) e dividendos (referente ao resultado do 4T13 e 1T14) no valor total de R$ 452,1 milhões;

(iii) R$ 18,9 milhões pagos com despesas financeiras líquidas, associada ao incremento dos encargos financeiros pagos pela Companhia; e,

(iv) maior volume de investimentos (R$ 31,0 milhões no 2T14 versus R$ 22,5 milhões no 2T13) destinados à manutenção e modernização das usinas da AES Tietê.

Como resultado, o saldo do caixa totalizou R$ 451,8 milhões no 2T14 versus R$ 374,8 milhões no 2T13.

No 1S14 o fluxo de caixa livre totalizou R$ 497,4 milhões, montante 29% superior ao registrado no 1S13. Esse desempenho se deve ao:

(i) incremento de R$ 336,2 milhões na geração de caixa operacional explicada sobretudo pela maior receita com venda de energia no mercado de curto prazo, dado a estratégia de sazonalização adotada; compensado por:

(ii) incremento de R$ 180 milhões referente a maior captação realizada no 1S13;

(iii) pagamento em maio de 2014 de juros sobre capital próprio (referente ao resultado do 4T13) e dividendos (referente ao resultado do 4T13 e 1T14) no valor total de R$ 452,1 milhões;

(iv) pagamento de R$ 13,8 milhões com despesas financeiras líquidas, associada ao incremento dos encargos financeiros pagos pela Companhia; e,

(v) maior volume de investimentos (R$ 59,4 milhões no 1S14 versus R$ 46,7 milhões no 1S13) destinados à manutenção e modernização das usinas da AES Tietê.

Como resultado, o saldo do caixa totalizou R$ 451,8 milhões no 2T14 versus R$ 374,8 milhões no 2T13.

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão, ocorrida em dezembro de 1999 (“Obrigação de Expansão”).

Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias posteriormente à privatização, em especial a criação de um novo modelo do setor elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004, que tornaram inviável o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o novo modelo do setor, a AES Tietê passou a sujeitar-se às restrições para a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras e essas, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia em leilões de energia nova, dificultando o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Há ainda restrições regionais, tais como o volume de recursos hídricos e eólicos disponíveis no Estado de São Paulo para projetos de geração de energia, os quais impedem o desenvolvimento de projetos competitivos frente aos outros estados do País.

Em setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade

instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão. A AES Tietê apresentou como plano de expansão da sua capacidade o projeto "Termo São Paulo".

Em dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o projeto apresentado pela AES Tietê, no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da Obrigação de Expansão. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em junho de 2013, a AES Tietê: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da Obrigação de Expansão, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de uma audiência de conciliação para outubro de 2013. A audiência de conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas à Obrigação de Expansão.

Em 13 de março de 2014, foi publicada uma determinação do juízo para que as partes informassem se chegaram a uma composição, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Tais pedidos não foram apreciados pelo juízo até o momento.

Em 23 de maio de 2014, a AES Tietê apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes, não tendo sido apreciado pelo juízo até o momento.

Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão

Para cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia está desenvolvendo um novo projeto para construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade líquida de geração de aproximadamente 503 MW. Em novembro de 2009, foi definida a localização da planta e, em agosto de 2010, concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica, que indica a viabilidade do projeto e sinaliza a continuidade das ações de seu desenvolvimento.

Em janeiro de 2011, a AES Tietê protocolou na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e, em maio, participou da audiência pública realizada na cidade de Canas, visando à obtenção da Licença Ambiental Prévia (LP). No dia 18 de agosto de 2011, no município de Lorena, foi realizada audiência pública para complementar o processo de obtenção da LP. Em 20 de outubro de 2011, a LP para construção da usina termoelétrica no município de Canas foi emitida pela CETESB.

A Companhia tem projetos térmicos a gás natural aptos a participar dos leilões regulados desde 2011. Entretanto, devido à decisão da Petrobrás de não apresentar uma proposta vinculante de contrato de

fornecimento de gás para projetos térmicos, incluindo o projeto Termo São Paulo, não foi possível participar desses certames promovidos nos últimos anos.

Apesar desse entrave, a Companhia continua trabalhando para viabilizar o projeto Termo São Paulo. A prioridade hoje é resolver a questão do gás para que a Companhia possa participar dos leilões no mercado regulado. Para tanto, a Companhia vem mantendo entendimentos com o Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Energia do Estado de São Paulo e Petrobrás para viabilizar o fornecimento de gás.

Além do projeto Termo São Paulo, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES Tietê. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da AES Tietê são negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

As ações da AES Tietê integram o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Tietê integra esse índice desde 2007, o que reflete o reconhecimento do seu comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê encerraram o mês de junho cotadas a R$ 19,44 e R$ 16,26, respectivamente. No trimestre, as ações preferenciais tiveram variação positiva de 7,8% e as ordinárias tiveram valorização de 2,9%. Os ganhos do Ibovespa no trimestre tiveram alta influência das pesquisas eleitorais realizadas no período.O TSR (índice que indica o total de retorno ao acionista das ações preferenciais) apresentou valorização de 15,1%. No mesmo período, o Ibovespa e o IEE registraram ganhos de 5,5% e 13,3%, respectivamente.

O desempenho positivo das ações no trimestre é reflexo da percepção do mercado em relação à melhoria das condições hidrológicas e queda do PLD médio em todos os submercados do SIN. A evolução da estratégia de comercialização de energia após 2016 e os resultados positivos divulgados pela Companhia no trimestre anterior tiveram influência positiva no comportamento das ações, minimizando as circunstâncias hidrológicas desfavoráveis.

Os papéis da Companhia foram negociados em 100% dos pregões da BM&FBovespa durante o 2T14. Os dados de liquidez mostram a realização de 49,9 mil negócios envolvendo ações ordinárias no período (decréscimo de 36,7% sobre o 1T14), movimentando aproximadamente 17 milhões de ações; e 150,5 mil negócios envolvendo ações preferenciais no período (volume 2,5% inferior ao registrado no 1T14), movimentando aproximadamente 39,7 milhões de ações.

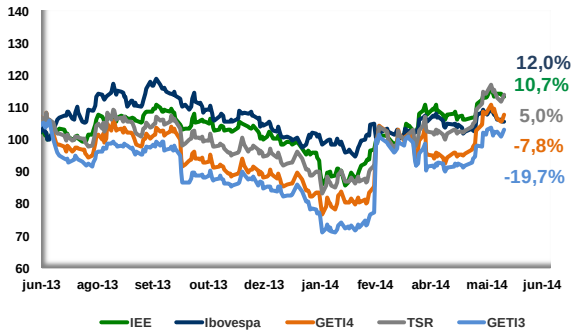
Nos últimos 12 meses, as ações preferenciais da AES Tietê tiveram queda de 7,8%, enquanto as ações ordinárias tiveram variação negativa de 19,7%. O desempenho do papel reflete principalmente as condições hidrológicas desfavoráveis do período que impactaram o preço de energia do mercado de curto prazo. Além disto, a preocupação acerca da conjuntura econômica nacional e o cenário político nacional e internacional também tiveram influência negativa no desempenho na bolsa brasileira. No mesmo período, o índice TSR

teve crescimento de 5,0%, o índice Bovespa teve crescimento de 12,0% e o IEE apresentou crescimento de 10,7%.

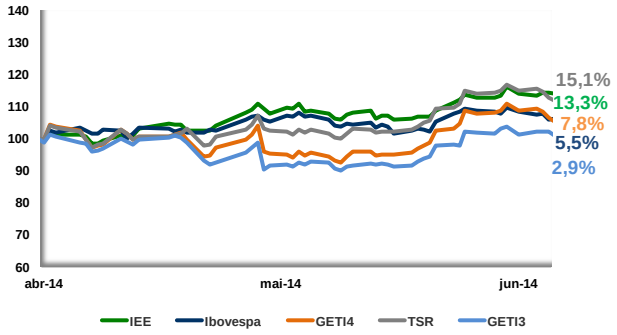
AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR[1]

Base 100

12 Meses[2]



Trimestre[3]



1 – *Total Shareholder Return* – Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período)
2 – Base 100: 28/06/2013
3 – Base 100: 31/03/2014

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasiliana de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.111	32,3%	200.330.020	52,5%
Centrais Elétricas Bras. S.A - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222	7,9%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,6%	94.237.483	51,3%	150.665.251	39,5%
Total	**197.461.211**	**100,0%**	**183.792.282**	**100,0%**	**381.253.493**	**100,0%**

em 30/06/2014

PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE

Entre os resultados socioambientais destacam-se a não existência de acidentes com colaboradores próprios e com a população e a destinação à reciclagem ou reaproveitamento de 59,04 toneladas de resíduos no 2T14, o que representa 96% do total de resíduos gerados pela Companhia.

Segurança

No 2T14, a Companhia manteve o foco na prevenção de acidentes com a força de trabalho, encerrando o trimestre com 2.379 ações entre inspeções e caminhadas de segurança, o equivalente a mais de 26 eventos por dia no período. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi observado um aumento de 209% nessas atividades (1.138 no 2T13). Essas ações, entre outras, contribuíram para manter em zero o número de dias perdidos com colaboradores próprios e terceirizados.

No primeiro semestre, a taxa de frequência (TF) com contratados foi de 11,03, superior à registrada no mesmo período de 2013, de 8,41. Esse aumento se deve à ocorrência de 5 acidentes a mais que o índice registrado no primeiro semestre de 2013. A Companhia realizou em junho palestras motivacionais com foco em aspectos comportamentais para 100% dos colaboradores próprios e contratados.

Desde fevereiro de 2009 não ocorrem acidentes com a população nas áreas administradas pela AES Tietê.

Eficiência no Uso de Recursos

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da AES Tietê é certificado externamente e tem como principais focos a prevenção, a correção, a mitigação e o controle de impactos ambientais. O SGA expande as fronteiras da Companhia e trata de temas que envolvem gestão de fornecedores, bem como os impactos que as atividades causam nas comunidades do entorno.

No 2T14, a gestão de resíduos sólidos na AES Tietê resultou na reciclagem, reaproveitamento ou reutilização de 96% do total de 59,04 toneladas de resíduos gerados pela Companhia, superando o índice de 94% registrado no 2T13 e contribuindo em maior grau para a mitigação dos impactos das suas atividades. O índice acumulado do primeiro semestre de 2014 subiu em relação ao mesmo período de 2013, atingindo 94% em comparação a 93%.

No 2T14 as emissões de CO2 totalizaram 439 toneladas, ante 319 toneladas que haviam sido projetadas para o mesmo período. Esse aumento decorreu, principalmente, do consumo próprio de energia devido ao baixo nível dos reservatórios e da utilização de termelétricas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para garantir a segurança energética. Importante ressaltar que o cálculo do 2T14 considerou o fator de emissão de junho de 2013 do grid nacional, pois até a elaboração deste release, o governo federal não havia divulgado o fator de emissão de junho de 2014.

Desenvolvimento e Valorização de Colaboradores

A Companhia tem o compromisso de atrair, desenvolver e reter talentos. Para isso, busca proporcionar um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem os compromissos assumidos com seus colaboradores.

Em março foi lançada a campanha “Histórias que Transformam” que conta com depoimentos dos colaboradores, em vídeo, sobre suas histórias pessoais e profissionais relacionadas à AES Tietê. As histórias demonstram como eles vivenciam os valores e a marca da Companhia todos os dias, e como seus comportamentos se refletem na relação com diversos públicos.

No primeiro semestre, 8 vídeos foram divulgados. Mais de 27.500 visualizações e 60 comentários de colaboradores foram registrados. Até o final do ano serão lançados mais 12 vídeos.

Desenvolvimento e Valorização de Fornecedores

Para gerir e auxiliar o desenvolvimento de sua cadeia de suprimento, a Companhia conta com o Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), ferramenta que avalia critérios sociais, ambientais, de segurança e operacionais.

No 2T14 o IDF dos fornecedores da AES Tietê foi de 78,44, acima da meta anual estabelecida, de 75,00.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

O engajamento das comunidades no entorno de suas operações faz parte da estratégia de atuação da AES Tietê. Desse modo, por meio de recursos próprios e incentivados, a Companhia investe continuamente em projetos que proporcionem acesso à educação, cultura, esporte e à capacitação profissional inclusiva. Essas atividades foram viabilizadas, no 2T14, pelo investimento de R$ 400 mil.

A Casa de Cultura e Cidadania, com quatro unidades mantidas pela AES Tietê, foi a principal beneficiária desses investimentos, que resultaram no atendimento a 70,3 mil pessoas no 2T14 por meio de cursos de cultura e esporte, espetáculos e apresentações artísticas.

Em abril e maio também foram realizadas duas edições do projeto Cantos e Encantos, em Caconde e Barra Bonita. O projeto tem o objetivo de estimular a mudança de atitude por meio de informações, comunicação

e ações interativas com foco em cultura, educação e bem-estar. No total, participaram 9.570 pessoas de comunidades dos dois municípios.

DASHBOARD DE SUSTENTABILIDADE - AES TIETÊ					
INDICADOR					
SEGURANÇA	2013	1T14	2T14	Meta 2014	Tendência 2014
Nº total de acidentes fatais	0	0	0	0	
Taxa de Frequência (TF) Próprios (YTD)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxa de Frequência (TF) Contratados (YTD)	5,05	9,07	11,03	4,55	
Taxa de Gravidade (TG) Próprios (YTD)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Taxa de Gravidade (TG) Contratados (YTD)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Nº total de acidentes com população	0	0	0	0	
Nº total de fatalidades com população	0	0	0	0	
EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS	2013	1T14	2T14	Meta 2014	Tendência 2014
NATURAIS					
Índice da soma de resíduos reciclados, reaproveitados e reutilizados / total de resíduos gerenciáveis gerados	95%	92%	96%	95%	
Redução das emissões de CO2e (%)	-7,4%	-21%	-26,2%	ND	
DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO	2013	1T14	2T14	Meta 2014	Tendência 2014
COLABORADORES					
Taxa de rotatividade voluntária - col. próprios (%)	5,33%	0,87%	0,57%	ND	-
FORNECEDORES					
IDF - Índice de Desempenho de Fornecedores	78	78,15	78,44	75,00	
dentro/acima do esperado para o trimestre					
abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em andamento					
abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em implantação					
ND = meta a ser definida					

Observação: os dados de resíduos na tabela acima se referem aos meses de janeiro e fevereiro.

Legenda:

- dentro/acima do esperado para o trimestre
- abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em andamento
- abaixo do esperado para o trimestre, plano de ação em implantação
- ND meta a ser definida

CONTATOS:		
Clarissa Sadock Diretora de Relações com Investidores clarissa.sadock@aes.com Tel.: (11) 2195-7048		
Gerente de RI	**E-mail**	**Telefone**
Lina Paolone Gallo	lina.gallo@aes.com	(11) 2195-2097
Analistas de RI	**E-mail**	**Telefone**
Isabela Klemes Taveira	isabela.taveira@aes.com	(11) 2195-2212
Felipe Joaquim Martins de Souza	felipe.dsouza@aes.com	(11) 2195-2282
Gabriela Rigo Bussotti	gabriela.bussotti@aes.com	(11) 2195-7433
www.aestiete.com.br/ri ri.aestiete@aes.com		

A AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / *Webcast*

APRESENTAÇÃO:
Britaldo Soares – Diretor Presidente
Gustavo Pimenta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: quinta-feira, 07 de agosto de 2014

HORÁRIO: 11h00 (BR) / 10h00 am (EDT)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 3193-1001 ou (+55 11) 2820-4001
- **EUA:** (+1) 888 700-0802
- **Outros países:** (+1) 786 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 3193-1012 ou (+55 11) 2820-4012
CÓDIGO PORTUGUÊS: 2521220#
CÓDIGO INGLÊS: 5689119#
DISPONIBILIDADE: 07/08/2014 até 13/08/2014

Os *slides* da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* no *website* www.aestiete.com.br/ri.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo *website*, em que ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

ANEXOS – DADOS CONSOLIDADOS – R$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	**31.03.2014**	**30.06.2014**
ATIVO CIRCULANTE	**1.212.214**	**777.955**
DISPONIBILIDADES	617.917	451.801
Caixa e bancos	195.141	150.736
Aplicações financeiras	422.776	301.065
CRÉDITOS	435.467	272.196
Revendedores	231.472	68.012
Outras contas a receber	202.670	202.743
Devedores diversos	1.325	1.441
OUTROS	158.830	53.958
Tributos e contribuições sociais	22.914	51.035
Tributos a recuperar	1.346	1.364
Outros créditos	134.416	1.449
Despesas pagas antecipadamente	154	110
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**3.301.024**	**3.306.271**
Tributos e contribuições sociais diferidos	86.462	84.494
Outros tributos compensáveis	791	791
Cauções e depósitos vinculados	4.429	5.025
Outros créditos	12.609	12.651
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.609)	(12.609)
Imobilizado	3.131.008	3.137.965
Intangível	78.334	77.954
TOTAL DO ATIVO	**4.513.238**	**4.084.226**

CONSOLIDADO		
PASSIVO	**31.03.2014**	**30.06.2014**
PASSIVO CIRCULANTE	**677.397**	**785.656**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	351.100	322.921
Empréstimos e financiamentos	299.097	299.229
Encargos de dívidas	52.003	23.692
FORNECEDORES	61.148	77.054
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	201.685	342.237
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	21.435	2.539
PROVISÕES	16.929	19.159
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	12.324	14.359
Provisão para litígios e contingências	4.605	4.800
OUTRAS CONTAS A PAGAR	25.100	21.746
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**1.694.092**	**1.385.809**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.096.044	796.210
PROVISÕES PARA LÍTIGIOS E CONTIGÊNCIAS	60.147	60.823
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	536.016	526.610
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.596	1.889
OUTROS	289	277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.141.749**	**1.912.761**
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	254.104	254.124
Reservas de Lucro - Legal	41.445	41.445
Ajuste de avaliação patrimonial	1.037.625	1.020.279
Divdiendos adicional propostos	226.095	-
Lucros acumulados	375.253	389.686
TOTAL DO PASSIVO	**4.513.238**	**4.084.226**

Demonstração dos Resultados	2T13	2T14	Var (%) 2T14 X 2T13	1S13	1S14	Var (%) 1S14 X 1S13
Receita Operacional Bruta	617.305	747.036	21,0%	1.249.064	1.561.043	25,0%
Suprimento e Transporte de Energia	617.267	746.857	21,0%	1.249.012	1.559.849	24,9%
Outras Receitas	38	179	369,3%	52	1.194	2189,7%
Deduções da Receita Operacional	(34.637)	(52.654)	52,0%	(68.297)	(110.442)	61,7%
Receita Operacional Líquida	**582.668**	**694.382**	**19,2%**	**1.180.767**	**1.450.601**	**22,9%**
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(202.656)	(304.118)	50,1%	(508.123)	(507.021)	-0,2%
Pessoal	(18.831)	(18.714)	-0,6%	(36.951)	(36.758)	-0,5%
Entidade de Previdência Privada	(979)	(597)	-39,0%	(2.178)	(1.185)	-45,6%
Material	(866)	(1.277)	47,5%	(1.727)	(2.657)	53,9%
Servicos de Terceiros	(18.864)	(18.043)	-4,4%	(35.169)	(44.753)	27,3%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(13.360)	(8.595)	-35,7%	(29.506)	(25.603)	-13,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(79.924)	(189.017)	136,5%	(265.546)	(258.690)	-2,6%
Transmissão e Conexão	(22.436)	(23.654)	5,4%	(44.337)	(46.876)	5,7%
Taxa de Fiscalização/Encargos	(1.288)	(1.251)	-2,9%	(2.577)	(2.502)	-2,9%
Depreciação e Amortização	(40.760)	(40.712)	-0,1%	(81.917)	(80.937)	-1,2%
Provisões Operacionais	(1.281)	(1.258)	-1,8%	504	(1.430)	-383,7%
Outras despesas (receitas) operacionais	(4.067)	(1.000)	-75,4%	(8.719)	(5.630)	-35,4%
Resultado do Serviço	**380.012**	**390.264**	**2,7%**	**672.644**	**943.580**	**40,3%**
EBITDA	**420.772**	**430.976**	**2,4%**	**754.561**	**1.024.517**	**35,8%**
Receita (Despesa) Financeira	(16.076)	(10.223)	-36,4%	(26.832)	(20.652)	-23,0%
Receitas Financeiras	7.392	12.173	64,7%	13.147	22.419	70,5%
Despesas Financeiras	(20.552)	(22.267)	8,3%	(36.966)	(45.506)	23,1%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	(2.916)	(129)	-95,6%	(3.013)	2.435	-180,8%
Resultado Antes dos Tributos	**363.936**	**380.041**	**4,4%**	**645.812**	**922.928**	**42,9%**
Provisão para IR e Contribuição Social	(136.803)	(136.290)	-0,4%	(235.764)	(324.182)	37,5%
Impostos Diferidos	13.397	7.438	-44,5%	16.207	10.363	-36,1%
Lucro Líquido do Exercício	**240.530**	**251.189**	**4,4%**	**426.255**	**609.109**	**42,9%**

GLOSSÁRIO

ADR (American Depositary Receipt) – Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) – Associação que tem como propósito promover intercâmbio de ideias, networking e conhecimento estratégico entre executivos. A ANEFAC desenvolveu o Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-Serasa Experian, conhecido como "Troféu Transparência", que reconhece empresas que apresentam as demonstrações financeiras mais transparentes do país. O prêmio é considerado como sendo extremamente respeitado devido à seriedade e credibilidade das instituições envolvidas.

APINE (Associação Brasileira dos Produtores Independentes da Energia Elétrica) – Entidade representativa dos produtores independentes de energia elétrica que interage com os poderes executivo e legislativo e com outros organismos envolvidos com o setor elétrico brasileiro (Aneel, ONS, CCEE, etc.), além de setores influentes como do meio ambiente e da gestão hidrológica.

Capacidade instalada dos sistemas interligados – É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional – É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4^0 da Lei n^0 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto n^0 5.177, de 12 de agosto de 2004. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da Aneel, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDB (Certificado de Depósito Bancário) – Títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos.

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) – Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) – Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) – Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) – Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

Contrato bilateral – Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CVaR (Conditional Value at Risk/Valor Condicionado a um Dado Risco) – Metodologia que considera os cenários hidrológicos mais desfavoráveis na definição da política de operação do sistema. A aplicação da metodologia embute o custo do despacho termelétrico no Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo.

Dividend yield – Índice que mensura a rentabilidade relativa dos dividendos de uma empresa que é pago aos seus acionistas em relação à cotação atual da ação desta empresa em determinado período.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

EIA (Estudo de Impacto Ambiental)/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) – Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente responsáveis pela emissão de licenças ambientais para atividades consideradas potenciais de degradação e poluição devido à utilização de recursos naturais.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária – Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. É o órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

ESS (Encargos de Serviços do Sistema) – Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

Garantia Física (Garantia Assegurada) – É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) – O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) – Órgão federal responsável pela preservação, controle, fiscalização, e conservação do meio ambiente, além da realização de estudos sobre o meio ambiente e a concessão de licenças ambientais para empreendimentos que possam impactar a natureza.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) – Órgão ambiental vinculado ao Ministério do Meio Ambiente responsável por fiscalizar, monitorar e proteger as Unidades de Conservação através do exercício do poder de polícia ambiental.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) – Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) – Ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

LP (Licença Ambiental Prévia) – Procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

MW (Megawatt) – Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

Mercado de curto prazo – Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

MRGF – antigo MRA (Mecanismo de Redução de Garantia Física) – O MRGF tem como objetivo avaliar se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. Tal avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL para uma usina. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado através de contratos.

Mercado de Curto Prazo (MCP) - "Mercado" no qual são liquidadas as diferenças apuradas entre os requisitos e recursos de energia dos Agentes.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PAS 55 - Metodologia para gestão de ativos elaborada em 2004 pelo Instituto Britânico de Normas (*British Standards Institution*'s), como resposta ao reconhecimento de que não havia padrão de referência na gestão de ativos. A PAS 55 detalha processos/procedimentos que asseguram à organização as melhores práticas na gestão dos ativos e atenta, principalmente, para o desempenho, o risco e o custo dos ativos físicos.

PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) – A provisão é realizada para cobrir perdas possíveis na cobrança das duplicatas a receber ou em outros créditos existentes na empresa. É constituída sempre que houver alguma evidência ou expectativa de perdas na realização destes créditos.

PIS (Programa de Integração Social) – O PIS tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) – Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km^2.

Sazonalização – A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SGA (Sistema de Gestão Ambiental) – Busca identificar, controlar, e melhorar constantemente impactos ambientais.

SGSSO (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) – Conceito que estabelece requisitos relacionados à gestão da saúde ocupacional e segurança com o objetivo de conhecer melhor os riscos existentes na organização e minimizá-los.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) – Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

TUSTrb (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) – Tarifa relativa ao uso de instalações da Rede Básica, que considera os custos de operação e expansão das linhas de transmissão.

VN (Valor Normativo) – Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.